17:17 85%

_ SEG _ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal) _ Pedro Zico (quinzenal)
_ TER _ Vinicius Pereira _ Pedro Doria _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dañarita (quinzenal) _ QUI _ Vinicius Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Cristóbalo _ DOM _ Vinicius Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

DORRIT HARAZIM

blogs.oglobo.globo.com/epiciac
editoria.artigos@oglobo.com.br

Sumidouro

É sabido que somente cada um de nós pode construir a ponte em que atravessará o rio da vida. Nessa trajetória, somos únicos e estamos sozinhos. O caminho de fuga mais fácil para essa travessia, esse navegar pela vasta e complexa realidade que escapa a nosso controle e compreensão, é acumular certezas. Só que certezas de porteira fechada, além de daninhas para nós mesmos, em nada ajudam o convívio em sociedade. Como escreveu o espirituoso ensaísta americano George Saunders, neste mundo cheio de pessoas que confundem certeza com poder, é um alívio encontrar alguém que não teme a própria insegurança. Não raro são mentes privilegiadas, perpetuamente curiosas, que sabem como a realidade é plural, não singular, planície para vários pontos de vista, não ponto de observação com foco único.

A bebê Sabreen al-Rouch Jouda não teve tempo para esse tipo de elucubração existencial. Nasceu prematuramente, arrancada do ventre materno no Hospital Emirati de Rafah, em Gaza, no sábado, dia 20. Mãe, pai e irmã haviam morrido nos escombros da casa familiar atingida pelo bombardeio israelense. Sobreviveu por cinco dias envolta em orações dos parentes. "Agora", contou o tio à Associated Press, depois de enterrá-la numa franja de cemitério ainda intacta, "a família do meu irmão está completamente erradicada. Será deletada do registro civil. Não restará nenhum vestígio dele".

Em algum momento, toda guerra vira sumidouro de vidas — quanto mais longa, mais nos entorpecemos com o noticiário repetitivo. Só por vezes, quando a rotina da desgraceira acusa algum pico de desumanidade, voltamos a prestar alguma atenção ao horror. Foi assim com a recente descoberta de mais de 700 cadáveres palestinos no perímetro de dois grandes complexos hospitalares do enclave — o Nasser, em Khan Younis, e o Al-Shifa, em Gaza.

Durante seis dias, uma única escavadeira (só resta uma em funcionamento na região) desenterrou mais de 320 corpos de valas comuns na área do hospital Nasser. Semanas antes, perto de 400 outros haviam sido descobertos entre as ruínas do Al-Shifa, desossado pelas Forças de Defesa de Israel depois de um cerco de duas semanas em abril. Segundo testemunho de entidades humanitárias, a cada corpo encontrado acorrem dezenas de pessoas na esperança de identificar algum parente desaparecido. Algumas lápides improvisadas têm inscrições rudimentares: "Sujeito alto. Cabelo comprido. Camiseta cinza". Fiapos de informação deixados por alguma alma caridosa. Cabe então a cada parente tentar lembrar o que filho, mãe, irmão, mulher usavam quando foram mortos. Felicidade, em Gaza, é poder salvar os seus mortos da invisibilidade de um não enterro.

De onde surgiram tantos cadáveres de uma só vez? De acordo com a Defesa Civil do enclave, seriam, originalmente, túmulos temporários para quem morreu no perímetro hospitalar durante o cerco israelense regado a bombas. Com os hospitais cercados, era impossível levar qualquer morto até um cemitério. O próprio Exército de Israel, em comunicado, confirma que os cadáveres de palestinos apressadamente enterrados "foram examinados" pelas forças invasoras, na tentativa de "localizar nossos reféns e desaparecidos". Acrescenta o comunicado que "a perícia foi realizada de forma cuidadosa", e os cadáveres não pertencentes a israelenses foram "devolvidos a seu lugares". Não há menção de haver sido encontrado qualquer um dos 133 reféns ainda em mãos dos terroristas do Hamas.

Quanto mais longa a guerra, mais nos entorpecemos com o noticiário repetitivo. Só quando a desgraceira acusa algum pico de desumanidade, voltamos a prestar atenção ao horror

De Washington a Berlim, passando por Londres, Bruxelas e Paris, e inevitavelmente pela ONU, houve um surto de inquietação com pedido de "apuração transparente, clara e crível", conduzida por investigadores independentes. O jornalista palestino Akram al-Satarri, entrevistado pelo portal Democracy Now!, dá de ombros. Exerce o jornalismo há 16 anos e perdeu a conta de comissões independentes, investigações, relatórios internacionais, missões de averiguação vazias. "A comunidade internacional falhou ao não observar a lei humanitária, que sabe ser tão rica em termos e palavreado. Precisamos de algo tangível, já."

Esse algo ainda tímido veio à luz nesta semana, na forma de um apelo capitaneado por um emparedado presidente Joe Biden em conjunto com 16 outras nações (inclusive o Brasil), para que o Hamas aceite a proposta de libertar todos os reféns que mantém cativos em condições inimagináveis por mais de 200 dias. Em troca, um cessar-fogo imediato e prolongado — o que, para o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, equivaleria a admitir que sua guerra ao Hamas fracassou, que a realidade é plural e que o acúmulo de certezas é sinal de fraqueza. A estudantada mundial, com seus erros e acertos de DNA, já compreendeu o essencial. Falta aos adultos no poder fazerem o mesmo.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X: @bernardomf
bmf@oglobo.com.br

A receita de Graciliano

Em janeiro de 1929, Graciliano Ramos escreveu um relatório para o governador de Alagoas. Queria prestar contas dos primeiros atos como prefeito de Palmeira dos Índios. "Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos", avisou, logo na abertura do documento.

O desafio inicial foi estabelecer "alguma ordem" no município. "Havia em Palmeira inúmeros prefeitos", anotou, numa crítica à bagunça deixada pelos antecessores. De coronéis a "inspetores de quarteirão", todos mandavam e ninguém se entendia na cidade. "Pensavam uns que tudo ia bem nas mãos de Nosso Senhor, que administra melhor do que todos nós; outros medavam três meses para levar um tiro", anotou, com a concisão e a ironia que se tornariam marcas de seus romances.

O prefeito-escritor escapou da bala, mas não teve vida fácil. Enfrentou resistências, intrigas e sabotagens. "Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma", ironizou, antes de elogiar os que ficaram. "Não se metem onde não são necessários, cumprem as suas obrigações e, sobretudo, não se enganam em contas. Devo muito a eles", reconheceu.

Em três relatórios redigidos entre 1928 e 1930, Graciliano documentou a angústia de um gestor honesto diante do sistema feito para não funcionar. "Acho absurdo despender um município que até agora nada gastou com instrução 2:000$000 para manter uma banda de música", escreveu. Em outro texto, ele contou ter adiado a construção de um cemitério para investir o dinheiro nos vivos. "Os mortos esperarão mais algum tempo. São os municípes que não reclamam", gracejou.

Em tempos de reforma tributária, relatórios do prefeito-escritor Graciliano Ramos ensinam a cortar privilégios e reduzir injustiças

Apesar das tiradas de bom humor, o jovem prefeito registrou sua indignação com o patrimonialismo e a falta de ética. "Há quem não compreenda que um ato administrativo seja isento da ideia de lucro pessoal", desabafou, no primeiro balanço anual. "Não favoreci ninguém", garantiu. "Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fizeram falta", arrematou.

Preocupado com o equilíbrio das contas públicas, Graciliano sanou dívidas e fez o possível para eliminar o desperdício. "Apesar de ser o negócio referente à claridade, julgo que assinaram aquilo às escuras", anotou, ao rever o contrato firmado pelo antecessor com a companhia de luz. "Dispêndio inútil", sentenciou, sobre gastos excessivos com telegramas.

A tecnologia mudou, mas os dilemas que assolavam o prefeito permanecem atuais. Em janeiro de 1930, ele condenou a ganância dos ricos que tentavam escapar do fisco: "Cada um dos membros dessa respeitável classe acha que os impostos devem ser pagos pelos outros". Também criticou os ditos reformistas que só queriam impor medidas de austeridade aos "pobres-diabos sem proteção".

Os relatórios de Graciliano estão em "O prefeito escritor: dois retratos de uma administração", recém-chegado às livrarias. Em tempos de reforma tributária, o autor de "Vidas Secas" oferece uma receita simples para corrigir distorções e reduzir injustiças. "Fiz apenas isto: extinguí favores largamente concedidos a pessoas que não precisavam deles e pus termo às extorsões que afligiam os matutos de pequeno valor, ordinariamente raspados, escorchados, esbrugados pelos exatores". Os matutos eram o "pobre povo sofredor", que pagava muito e recebia pouco do poder público.

ARTIGO

A hora de livrar o Rio da tirania das milícias

BRUNO PAES MANSO,
LUIZ EDUARDO SOARES,
DANIEL HIRATA E RAFAEL SOARES

No dia 24 de março, a Polícia Federal prendeu três suspeitos de ser os mandantes dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes. Desde que o crime ocorreu, em 14 de março de 2018, foram mais de seis anos de espera, uma longa jornada cheia de idas e vindas, que escancarou o grau de degradação institucional no Rio de Janeiro.

Os detidos são centrais na vida pública e institucional fluminense. O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) Domingos Brazão começou na política em 1997, como vereador. Dois anos depois, foi eleito deputado estadual — e só saiu da Assembleia Legislativa em 2015, após cinco mandatos consecutivos, para fiscalizar (ou acobertar) no TCE seus antigos aliados.

Chiquinho Brazão atua desde 2004 na defesa dos interesses do clã. Foi vereador, duas vezes deputado federal e, apenas seis meses antes de ser preso, foi nomeado secretário de Ação Comunitária pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes. Um dos focos da família — cuja base eleitoral é a região de Jacarepaguá e a comunidade de Rio das Pedras — é a regularização de loteamentos clandestinos na cidade, objeto de interesse de milicianos. Na Câmara Municipal, Chiquinho conheceu Marielle, que lutava para levar mais moradias e políticas sociais a bairros pobres.

A participação de Rivaldo Barbosa no crime foi talvez mais surpreendente. O ex-chefe da Polícia Civil foi acusado pelo autor dos disparos, o ex-PM Ronnie Lessa, de facilitar a vida de assassinos e mandantes poderosos, relegando ao esquecimento investigações que comprometiam aliados do jogo do bicho e das milícias. Os homicídios de Marielle e Anderson seriam só mais dois casos numa extensa lista de omissões e conivências com o crime.

A tragédia envolvendo o duplo assassinato e sua investigação, apesar de dolorida, ajudou a escancarar como as instituições políticas e policiais do Rio estão enredadas em malha que envolve parte importante da criminalidade organizada. Bicheiros, policiais desonestos, traficantes, matadores especializados e políticos corruptos aumentam a cada dia seu poder. O buraco é ainda mais fundo: em 15 anos, Rivaldo Barbosa é o quarto ex-chefe de Polícia Civil preso sob a acusação de ter se aliado ao crime.

A resolução do caso Marielle e Anderson pode ser uma oportunidade histórica para o início da refundação das instituições fluminenses

Por isso não parece realista acreditar que sejam suficientes o aprofundamento das investigações e a identificação de outros nomes nessa rede. A crise do Rio deixou de ser caso de polícia e Justiça Criminal. Tornou-se um gigantesco desafio político, que não se resolverá sem a participação da sociedade. Nas eleições municipais deste ano serão eleitos prefeitos e vereadores, justamente aqueles que atuam nas esferas de maior interesse das milícias, como regulação imobiliária, transporte e infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos. Pode parecer óbvio, mas o primeiro passo é não eleger políticos aliados aos grupos criminais armados, dispostos a fortalecer essa urbanização miliciana no Rio.

As milícias cresceram graças ao poder que exercem sobre a produção do espaço urbano. Esse domínio permite aos criminosos faturar alto com extorsões, transporte clandestino, vendas de lotes e prédios irregulares, água, luz, internet, gás, entre outros serviços. Parte desses grupos ainda tece parcerias com facções de drogas, ampliando seus lucros e sua influência.

A influência nos territórios facilita a obtenção dos votos para eleger políticos que defendem os interesses do crime. Com o Estado fazendo parte dessa malha promíscua, políticas voltadas à coletividade, como programas sociais, redes de saneamento, fiscalização ambiental, transporte público, investimento em educação e saúde, acabam sucateadas.

A resolução do caso Marielle e Anderson pode ser uma oportunidade histórica para o início da refundação das instituições fluminenses. Talvez não haja tributo maior à memória das vítimas.

Bruno Paes Manso é jornalista e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP; **Luiz Eduardo Soares** é escritor, antropólogo e cientista político; **Daniel Hirata** é sociólogo e coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da UFF; **Rafael Soares** é repórter especial do GLOBO